



COUTO, Livia Maria Albuquerque*

<https://orcid.org/0000-0003-4175-1532>

RESUMO: O senso comum muitas vezes caracteriza as relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica medieval como exclusivamente conflituosas. No entanto, este estudo se propõe a investigar as interações políticas e culturais entre esses dois grupos na península ibérica medieval, destacando as dinâmicas de coexistência e negociação. Para isso, realizamos uma análise comparativa entre a Crônica *Historia de los Hechos de España*, de Rodrigo Jiménez de Rada (1243), e os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta (1354), aplicando a metodologia da história comparada (BARROS, 2014). A partir dessas fontes primárias, exploramos as representações de cristãos e muçulmanos, levando em consideração as perspectivas culturais distintas que elas expressam. Dessa forma, examinamos as estratégias diplomáticas e os acordos que favoreceram um intercâmbio cultural significativo, oferecendo uma visão mais equilibrada de um período frequentemente reduzido à ideia de rivalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Cristão-Muçulmanas; Medieval Ibérico; Política; Cultura.

ABSTRACT: Common sense often characterizes the relationships between Christians and Muslims in medieval Iberia as exclusively conflictual. However, this study aims to investigate the political and cultural interactions between these two groups in the region in medieval Iberia, highlighting dynamics of coexistence and negotiation. To this end, we conduct a comparative analysis between the chronicle *Historia de los Hechos de España* by Rodrigo Jiménez de Rada (1243) and the *Travel Accounts* of Ibn Battuta (1354), applying the methodology of comparative history (BARROS, 2014). From these primary sources, we explore representations of Christians and Muslims, taking into account the distinct cultural perspectives they express. Additionally, we examine the diplomatic strategies and agreements that fostered significant cultural exchange, offering a more balanced view of a period often reduced to the idea of rivalry.

KEYWORDS: Christian-Muslim Relations; Iberian Middle Ages; Politics; Culture.

*Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGHistória/ UFPE). Integrante dos Grupos de Pesquisas *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais* (CNPq/UFS) e LEME: Laboratório de Estudos Medievais (UFPE). Bolsista CAPES. E-mail: couto.livia@gmail.com.

O contato entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica começou em 711, com a conquista muçulmana da região liderada por Tariq Ibn Ziyad, que marcou o início do domínio islâmico conhecido como al-Andalus¹. Durante quase oito séculos, a região foi palco de intensas interações culturais, religiosas, políticas e militares entre esses dois grupos, além da significativa presença judaica, criando uma sociedade marcada pela diversidade e pelas tensões.

Sob o domínio muçulmano, grande parte da Península Ibérica floresceu culturalmente. Cidades como Córdoba e Granada tornaram-se centros de aprendizado e arte, com avanços na ciência, filosofia, arquitetura e agricultura. Durante os períodos de maior estabilidade, a convivência possibilitou trocas significativas entre cristãos, muçulmanos e judeus. No entanto, essa coexistência não foi isenta de desigualdades.

Por outro lado, o período foi também marcado por conflitos intermitentes conhecidos como Reconquista², iniciados por reinos cristãos ao norte da Península. Esses reinos buscaram retomar os territórios sob domínio muçulmano, movidos tanto por razões políticas quanto em nome da ideia de “guerra santa”. Nos séculos XI e XII, o reino de Castela consolidou-se como uma das principais potências cristãs, assumindo um papel de destaque nas campanhas. Esse movimento, intensificado a partir do século XI, teve marcos significativos, como a conquista de Toledo em 1085, e alcançou seu ápice em 1492, com a tomada de Granada pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel.

¹ Al-Ándalus foi o nome dado à região da Península Ibérica sob domínio muçulmano, que durou de 711 até 1492. Após a conquista inicial dos mouros, liderados por Tariq ibn Ziyad, Al-Ándalus se tornou um importante centro cultural, científico e econômico durante a Idade Média, com destaque para cidades como Córdoba, Sevilha e Granada. A convivência entre muçulmanos, cristãos e judeus, embora marcada por tensões, também resultou em significativos avanços nas áreas de matemática, filosofia, medicina e arquitetura. O reino muçulmano de Al-Ándalus gradualmente foi diminuindo com a expansão dos reinos cristãos, que culminou na tomada de Granada em 1492, marcando o fim do domínio muçulmano na região.

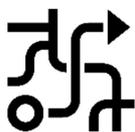
² Estamos utilizando o termo “Reconquista” para nos referir aos corriqueiros conflitos entre cristãos e muçulmanos que ocorreram na Península Ibérica durante a Idade Média. No entanto, não pretendemos nos aprofundar nessa questão específica, pois o foco do estudo é outro. Assim, o mencionamos apenas como um marco temporal relevante para a análise das interações entre esses grupos. Para uma leitura mais detalhada sobre o tema, sugerimos a obra de Garcia Fitz: *El Nacimiento de un Reino: La Reconquista y la Repoblación*, que aborda os aspectos militares e políticos dessa longa série de conflitos, bem como suas implicações na formação dos reinos cristãos medievais.

O contato entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica foi marcado tanto por conflitos quanto por períodos de convivência, resultando em um legado cultural ainda visível na arquitetura, literatura e gastronomia. Thomas F. Glick (1979) e David Nirenberg (1996) destacaram que, além das guerras, havia intensos intercâmbios comerciais, diplomáticos e culturais. Em Castela, acordos de paz e tratados de vassalagem com líderes muçulmanos permitiram a coexistência de populações mistas nas regiões conquistadas, um fenômeno que Glick analisou ao explorar as redes econômicas e culturais entre os dois grupos.

Assim, a violência entre cristãos e muçulmanos não era constante, mas se manifestava em momentos específicos de crise política ou econômica. No entanto, esse convívio não estava isento de desigualdades, pois muçulmanos e judeus sob domínio cristão enfrentavam restrições legais e sociais que limitavam seus direitos e status em relação à população cristã. Contudo, as relações entre esses grupos não podem ser reduzidas a uma simples opressão unidirecional. Em muitos casos, os *mudéjares*³ desempenhavam um papel significativo na economia e nas artes, sendo essenciais para a sociedade ibérica. Como destacou Luis García de Valdeavellano (1968), a manutenção das tradições culturais e religiosas dos muçulmanos em territórios cristãos revelou uma dinâmica de poder mais complexa e fluida, onde a dominação coexistia com a adaptação mútua.

Nesse contexto, **Bernard F. Reilly** (1988) explorou como a diplomacia entre cristãos e muçulmanos era crucial para a manutenção de alianças e a expansão territorial de Castela, por exemplo. Reilly, ao estudar o reinado de Alfonso VI (1047-1109) de Leão e Castela, nos apontou como a política de alianças com os reinos muçulmanos do Sul foi fundamental para o sucesso militar e político do reino castelhano. A prática de firmar acordos de vassalagem e de manter cidades sob domínio cristão com populações muçulmanas e judias contribuiu para um cenário em que, apesar dos conflitos, havia significativos intercâmbios culturais.

³ Os *mudéjares* eram muçulmanos que permaneceram na Península Ibérica após a ocupação das terras anteriormente sob domínio muçulmano pelos reinos cristãos. Quando essas terras foram tomadas, muitos muçulmanos escolheram continuar vivendo nelas, sob o domínio cristão, mas preservando suas crenças e práticas religiosas. O termo "*mudéjares*" vem do árabe "*mudajjan*", que significa "os que permanecem" ou "os que ficam".



A historiografia, representada por autores como María Jesús Viguera Molins (1995) e Richard Fletcher (1989), demonstrou que a relação entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica envolvia tanto conflitos quanto cooperação. Fletcher destacou o pragmatismo político como um fator essencial, mostrando que alianças e acordos eram estratégicos para a estabilidade e prosperidade de ambos os lados. José Mattoso (1998) acrescentou que essa interação contribuiu para a formação de uma identidade ibérica híbrida, especialmente em Castela, onde influências muçulmanas deixaram marcas profundas na arquitetura, ciência e filosofia.

Para nossa análise desse contexto, utilizaremos duas fontes que oferecem perspectivas distintas sobre as interações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica medieval: *A Historia de los Hechos de España* (1243), de Rodrigo Jiménez de Rada, e os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta (1354).

A primeira fonte, também conhecida como: *De rebus Hispaniae*, escrita por Rodrigo Jiménez de Rada em 1243, é uma das principais crônicas históricas da Península Ibérica medieval. Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo e figura política proeminente, teve papel central nas questões internas do reino de Castela e nas campanhas contra os muçulmanos. *A Crônica* narra a história da Península desde suas origens míticas até o reinado de Fernando III de Leão e Castela, com o objetivo de legitimar a monarquia castelhana e fortalecer a visão cristã da história ibérica. Para isso, apresentou os reis cristãos como herdeiros dos visigodos⁴, e protagonistas da luta contra o domínio muçulmano, refletindo as tensões políticas e religiosas da época.

⁴ Os visigodos foram um dos povos germânicos que migraram para o Império Romano entre os séculos IV e V. Originalmente parte do grupo godo, estabeleceram-se na região da Gália e, posteriormente, na Península Ibérica, onde fundaram o Reino Visigótico, com Toledo como capital. Esse reino teve um papel central na transição do domínio romano para as primeiras monarquias medievais na Europa. Inicialmente, os visigodos eram seguidores do arianismo, uma vertente cristã considerada herética pela Igreja Católica por negar a consubstancialidade entre Deus Pai e Cristo. Essa diferença religiosa gerou tensões com a população hispano-romana, majoritariamente católica. A situação mudou no final do século VI, quando o rei Recaredo I (r. 586-601) converteu-se ao catolicismo no III Concílio de Toledo (589), promovendo a unificação religiosa do reino e fortalecendo os laços entre a monarquia e a Igreja. No século VII, o cristianismo tornou-se a religião oficial, consolidando a identidade cultural e política da Península Ibérica sob domínio visigótico. Entretanto, a estabilidade do reino foi abalada por conflitos internos e disputas sucessórias. A queda definitiva ocorreu em 711, após a batalha de Guadalete, marcando o início da conquista muçulmana da Península Ibérica.

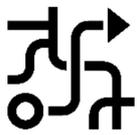
Além de seu caráter historiográfico, a *Crônica* se apoia em fontes clássicas e medievais, como as *Décadas* de Tito Lívio e os escritos de Isidoro de Sevilha, buscando estabelecer uma continuidade histórica para o poder cristão na Península Ibérica. Dessa forma, a obra tornou-se uma referência fundamental para a construção da identidade política e religiosa do reino de Castela no século XIII, pois deu um enfoque particular nos feitos dos reis cristãos de Castela e Leão.

Os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta, concluídos em 1354, registram as experiências do viajante marroquino que percorreu extensas regiões do mundo islâmico, incluindo o norte da África, o Oriente Médio, partes da Europa e da Ásia. Ditada ao escriba Ibn Juzayy, sua obra oferece descrições detalhadas sobre as sociedades que visitou, abordando aspectos políticos, culturais e religiosos.

Ao relatar sua passagem pela Península Ibérica, Ibn Battuta apresenta uma perspectiva externa, mas profundamente engajada nas dinâmicas culturais e religiosas da época. Ele descreve a sociedade local, as interações entre muçulmanos e cristãos e a sofisticação cultural dos territórios islâmicos, contrastando, em parte, com a visão cristã. Suas observações complementam e contrapõem-se à narrativa cristã da *Historia de los Hechos de España*, de Jiménez de Rada, fornecendo um olhar interno sobre as relações inter-religiosas e a convivência no período medieval.

A escolha das edições utilizadas neste estudo se fundamenta na qualidade filológica e no aparato crítico que oferecem, permitindo uma análise mais precisa das representações de cristãos e muçulmanos nas fontes primárias. Para a *Historia de los Hechos de España*, utilizamos a edição crítica de Juan Fernández Valverde (1989), publicada pela Alianza Editorial. Esta apresenta uma revisão cuidadosa do texto original de Jiménez de Rada, com anotações detalhadas que auxiliam na compreensão do período histórico e das intenções narrativas do autor. Além disso, ao adotar essa versão, garantimos o acesso a um texto que foi meticulosamente editado com base nos manuscritos mais confiáveis, evitando possíveis distorções de edições anteriores.

Já para os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta, optamos pela tradução e edição de Hamilton Alexander Rosskeen Gibb (1958), publicada pela Cambridge University Press. Essa edição é reconhecida pelos estudos medievais e islâmicos devido à precisão da tradução e à profundidade de suas notas explicativas, que contextualizam



as

experiências do viajante marroquino. A escolha dessa versão se justifica pelo fato de que ela oferece um equilíbrio entre fidelidade ao original em árabe e acessibilidade para o público acadêmico ocidental.

A análise dessas obras, apesar de estarem separadas por mais de um século, oferece uma reflexão significativa sobre como o tempo e os cenários influenciam as perspectivas nelas contidas. A *Crônica* de Jiménez de Rada (1243), escrita após a fase inicial do processo de retomada dos territórios cristãos, reflete a visão de supremacia sobre os muçulmanos, reforçando a crença em um destino divino que guiaria os reinos cristãos na Península Ibérica. Por outro lado, os *Relatos* de Ibn Battuta, escritos no século XIV, refletem um mundo muçulmano que já experimentou mudanças profundas com o avanço das forças cristãs. No entanto, sua obra também ressalta os encontros culturais e as vivências de um viajante muçulmano em regiões marcadas por tensões políticas e religiosas.

Ao comparar as fontes, notamos que o tempo não apenas distancia os contextos, mas também redefine a forma como a identidade e o poder são entendidos: enquanto a *Crônica* de Jiménez de Rada refletiu uma tentativa de legitimação, de uma visão cristã unificada, os *Relatos* de Ibn Battuta revelam a resiliência e a adaptação de uma identidade muçulmana diante da expansão cristã.

Com base no que foi dito, a metodologia comparativa, conforme sugerida por Barros (2014), nos permite analisar as fontes sem relegá-las a categorias simplistas de “amigo” ou “inimigo”. Em vez disso, possibilita uma compreensão aprofundada das motivações e estratégias diplomáticas que influenciaram as relações entre esses grupos, revelando um panorama histórico que valoriza a diversidade cultural e os momentos de negociação. Logo, o método comparativo será essencial, pois nos permite identificar e contrastar as visões de mundo, representações culturais e percepções políticas expressas nas fontes cristãs e muçulmanas da época. Ao analisar a *Historia de los Hechos de España*, de Rodrigo Jiménez de Rada, e os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta, buscamos ir além de uma interpretação unilateral, explorando como cada lado percebeu e descreveu as interações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica.

Nesse sentido, a abordagem comparativa dessas fontes revela as diferentes formas como os grupos cristãos e muçulmanos se percebiam mutuamente e como



cada lado construiu narrativas sobre o outro. Enquanto Jiménez de Rada projetou uma visão de superioridade cristã e de continuidade histórica com o passado visigodo, Ibn Battuta ofereceu um retrato mais detalhado da vida cotidiana e das interações pragmáticas entre as duas comunidades. Thomas F. Glick (1979) e David Nirenberg (1996) defendem que essas diferentes perspectivas são essenciais para entender as dinâmicas na Península Ibérica, onde os dois grupos não apenas competiam, mas também compartilhavam um espaço comum de trocas culturais e comerciais.

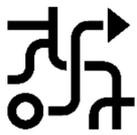
FRONTEIRAS E CONVIVÊNCIAS: ACORDOS E ALIANÇAS ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS

Durante a Idade Média, a Península Ibérica foi marcada por fronteiras, tanto físicas quanto ideológicas, mas essas delimitações nunca foram absolutas ou impenetráveis. As fronteiras, ao invés de apenas separar, também funcionam como pontos de encontro e troca entre elementos aparentemente opostos. As sociedades humanas e suas culturas não são sistemas fechados nem isolados, e qualquer interpretação do passado medieval peninsular que ignore essa dinâmica de interações estará limitando a compreensão dos processos históricos da região.

Conforme, o historiador Alejandro García Sanjuán (2015, p. 7-8):

Las relaciones entre cristianos y musulmanes han sido caracterizadas en términos radicalmente contrapuestos, ya sea bajo el prisma mitificador de una convivencia idealizada o desde la perspectiva que enfatiza los elementos de confrontación y enfrentamiento político, ideológico y religioso. resulta incuestionable que la antibiosis acabó imponiéndose. la lógica de la guerra y sus secuelas prevalecieron. Pero ello no excluye la presencia de procesos de simbiosis. a mi juicio, sería erróneo pretender reducir la complejidad del medievo peninsular a esquemas unívocos y mucho más aún, tergiversarla mediante el burdo maniqueísmo de una lucha entre 'buenos' y 'malos'.

Em diversos episódios, esses dois grupos históricos, teoricamente opostos em termos religiosos e políticos, encontraram formas de colaborar e conviver, especialmente nas zonas de fronteira. De acordo com Ignacio Borge (2008), os acordos de tributos (*parias*) firmados entre os reinos cristãos e os *emires* muçulmanos são um exemplo clássico dessa colaboração. Nesses tratados, líderes muçulmanos, frequentemente em situação de vulnerabilidade militar, concordavam em pagar tributos aos reis cristãos em troca de proteção e da manutenção de uma relativa autonomia. Esses acordos revelam que as relações de poder entre cristãos e



muçulmanos eram dinâmicas e sujeitas à negociação, refletindo um equilíbrio precário, mas eficaz, que permitia a sobrevivência e a estabilidade regional.

A *Historia de los Hechos de España* mencionou eventos em que reis como Alfonso VIII, Fernando III e Alfonso X utilizaram esses tributos para consolidar seu poder sem a necessidade de guerra contínua, permitindo a coexistência pacífica em várias regiões (RADA, 1243). Esse quadro de cooperação se alinha à teoria das fronteiras sociais de Barth (1998), que destaca como as limitações de maior relevância para análise são as de natureza social.

A aplicação da teoria de Barth (1998) a esta pesquisa ajuda a entender como as fronteiras sociais entre cristãos e muçulmanos eram construídas e negociadas no dia a dia, especialmente em espaços fronteiriços, onde as identidades e alianças não eram rígidas, mas constantemente redefinidas em função das circunstâncias. Assim como Barth acreditamos que “as fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais” (BARTH, 1998, p. 195). Esse enfoque permite analisar as zonas de contato entre as duas culturas não apenas como barreiras físicas, mas como espaços de interação e troca que influenciaram a formação de identidades e práticas políticas.

Uma vez que os acordos mencionados não se limitavam a aspectos econômicos, mas também garantiam a proteção de comunidades muçulmanas, os chamados de *mudéjares* que viviam sob o domínio cristão, podem ser citados como exemplo (BORGE, 2008). Em troca do pagamento dos tributos, essas populações poderiam manter suas tradições religiosas, culturais e, em muitos casos, jurídicas, vivendo lado a lado com cristãos em um ambiente de mútua tolerância, ainda que, de certo modo, desigual. Embora mantivessem suas práticas religiosas e culturais, estavam sujeitos a um sistema legal e econômico controlado pelos cristãos, evidenciando as limitações impostas às minorias em períodos de dominação (BOSWORTH, 2004).

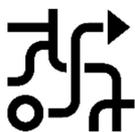
As zonas de fronteira, como o território de Al-Andalus, eram locais onde as trocas comerciais entre cristãos e muçulmanos prosperavam, mesmo durante os períodos de maior tensão política. Mercados mistos surgiam nas regiões fronteiriças, onde comerciantes de ambas as religiões negociavam produtos essenciais como cereais, especiarias, tecidos e animais (BORGE, 2008). Esses mercados não apenas

geraram riqueza, mas também criaram um ambiente de interação cotidiana entre as populações, fomentando a necessidade de cooperação para garantir a estabilidade e o crescimento econômico da região. Ibn Battuta, em seus *Relatos de Viagem*, descreveu as interações comerciais em cidades como Castela, Granada e Sevilha, onde tanto cristãos quanto muçulmanos se beneficiavam dessa troca constante de mercadorias (BATTUTA, 1354, p. 796-798).

Durante os conflitos medievais na Península Ibérica, é preciso destacar que ocorreram alianças militares temporárias entre líderes cristãos e muçulmanos para enfrentar inimigos em comum, mostrando que o interesse pela sobrevivência política ou expansão territorial frequentemente superava as diferenças religiosas. Um exemplo notável foi a aliança entre o rei cristão Fernando III de Castela e o *emir* muçulmano Muhammad I de Granada, no início do século XIII. Diante da crescente expansão cristã, o *emir* granadino viu nesse acordo uma chance de preservar seu reino, enquanto Fernando III consolidava sua autoridade sobre o Sul da Península (MARTÍNEZ DÍEZ, 2007).

A partir desse pacto, Granada manteve uma relação de vassalagem com Castela, pagando tributos, mas preservando sua autonomia interna por mais de dois séculos. Outro aspecto importante da cooperação foi o intercâmbio cultural e intelectual entre cristãos e muçulmanos, pois durante o reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284), Castela se tornou um centro de tradução de textos árabes, gregos e hebraicos para o latim e o castelhano. Esse processo de transposição, realizado principalmente em Toledo, permitiu que o vasto conhecimento científico, filosófico e matemático acumulado pelos muçulmanos fosse transmitido ao mundo cristão europeu (GARCÍA FITZ, 2009).

É preciso salientar o papel de Alfonso X como um monarca castelhano que buscou o entendimento e a cooperação entre culturas, encomendando traduções e promovendo o diálogo entre estudiosos cristãos, judeus e muçulmanos. Isso resultou em uma notável transferência de saberes, com impactos duradouros sobre a ciência e a filosofia europeias (GARCÍA FITZ, 2009). Nas cidades multiculturais de Al-Andalus e em outras áreas sob domínio cristão, os muçulmanos gozavam de certa liberdade para praticar sua religião, frequentar suas mesquitas e viver de acordo com suas tradições.



Nas zonas de fronteira de Castela, por exemplo, a necessidade de cooperação para sobreviver às tensões políticas muitas vezes forçava uma convivência pacífica. Ibn Battuta mencionou como, em algumas cidades controladas pelos cristãos, os muçulmanos ainda desempenhavam um papel importante na vida econômica e cultural. Os *mudéjares*, apesar de tudo, mantiveram suas leis e costumes, frequentemente exercendo ofícios importantes, como artesãos e agricultores, essenciais para a prosperidade local (BATTUTA, 1354).

Algumas das áreas mais impactadas por esse intercâmbio foram a ciência e a filosofia. Durante a Idade Média, estudiosos muçulmanos como Ibn Rushd (Averróis) e Ibn Sina (Avicena), fizeram contribuições importantes para a medicina, a astronomia e a filosofia. Esses conhecimentos, preservados e ampliados no mundo islâmico, foram transmitidos para a Europa por meio de traduções patrocinadas por monarcas cristãos como Alfonso X, especialmente em centros como Toledo (GARCÍA FITZ, 2009). Essa difusão de saberes influenciou profundamente o pensamento europeu, preparando o terreno para a Renascença e para o desenvolvimento da ciência moderna. Como destacou Hélène Ahrweiler (1995), a transmissão do saber muçulmano, mediada por tradutores judeus e cristãos, constituiu um dos pilares fundamentais da formação do pensamento ocidental.

A arquitetura também foi profundamente influenciada pelo intercâmbio entre essas culturas. A Península Ibérica testemunhou a criação de um estilo único, o *mudéjar*, que combinou elementos islâmicos e cristãos. Exemplos dessa fusão podem ser encontrados em diversas construções, como em igrejas e palácios, onde arcos mouriscos e decoração islâmica coexistem com símbolos cristãos. Essa mistura estilística pode ser vista em edificações por toda a Espanha até os dias de hoje. Ahrweiler (1995) também destacou como as influências da arte islâmica na Península foram profundas e se manifestaram por séculos, atravessando diferentes períodos históricos.

Outro exemplo importante, foi o desenvolvimento da matemática, particularmente a introdução dos números árabes e o conceito de zero na Europa, trazidos por meio dos contatos com o mundo islâmico. Isso transformou a maneira como os europeus lidavam com cálculos e contabilidade, facilitando avanços tanto nas ciências quanto nas finanças. Por fim, na literatura, a interação cultural entre



cristãos, muçulmanos e judeus gerou uma rica tradição de poesia e prosa que refletia o multiculturalismo da Península Ibérica. Poetas muçulmanos influenciaram a lírica cristã, e o uso do árabe como língua literária em ambientes cristãos era comum, demonstrando a permeabilidade cultural mesmo em tempos de tensão política.

A herança das interações entre cristãos e muçulmanos vai além das artes e da ciência, estendendo-se às práticas de convivência multicultural. A convivência, apesar das desigualdades, inspirou noções de tolerância que influenciam até hoje políticas de integração e pluralismo religioso em contextos contemporâneos. Além disso, o intercâmbio cultural também impactou as práticas cotidianas e a gastronomia. Muitos pratos tradicionais da Península Ibérica, como almôndegas, *paella* e arroz doce, além do uso de especiarias como coentro e cominho, possuem influências da culinária islâmica.

A fusão de sabores na Península Ibérica reflete a convivência e o compartilhamento de práticas entre cristãos, judeus e muçulmanos. Valdeavellano (1968) ressaltou que a região medieval não era apenas um palco de conflitos, mas também um ponto de encontro de culturas, onde esses grupos se influenciaram mutuamente. Apesar das tensões religiosas e políticas, episódios de entendimento, como tratados de conciliação, pactos militares, trocas comerciais e intelectuais, demonstraram que havia espaço para diálogo e colaboração.

REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES CRISTÃO-MUÇULMANAS NAS FONTES

A Historia de los Hechos de España foi escrita do ponto de vista cristão, o qual apresentou a expansão territorial e a luta contra os muçulmanos como parte de uma narrativa providencialista⁵. Jiménez de Rada construiu um discurso que legitimou a supremacia cristã e a retomada dos territórios, rotulando os muçulmanos como “inimigos da fé” (RADA, 1243). Ao fazer isso, ele articulou uma visão política de Castela como sucessora do reino visigodo e defensora do cristianismo, alinhada ao projeto de expansão cristã. Além disso, seu trabalho não se restringiu a um mero

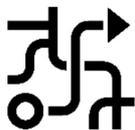
⁵ A narrativa providencialista é uma abordagem histórica que trata os eventos como parte de um plano divino, onde a intervenção de Deus é vista como responsável pelos acontecimentos, como vitórias ou transformações sociais, muitas vezes justificando ações políticas ou expansões como cumprimento de uma missão sagrada.

registro de eventos; ele buscou conectar a história ibérica ao cenário europeu mais amplo, inserindo Castela na narrativa do mundo cristão medieval, como já dito.

Por outro lado, os *Relatos de Ibn Battuta* forneceram uma visão muçulmana das interações entre as duas culturas. Enquanto Jiménez de Rada escreveu a partir de uma posição de poder cristão em ascensão, Ibn Battuta, como um viajante muçulmano, descreveu a convivência e a resistência islâmica em territórios que outrora faziam parte de Al-Andalus. Seus *Relatos* revelaram como os muçulmanos percebiam o domínio cristão e as estratégias de adaptação frente ao avanço castelhano. Ibn Battuta (1354, p. 761) destacou a vida social, as práticas religiosas e os desafios enfrentados pelos muçulmanos vivendo sob domínio cristão, proporcionando uma visão que contrastou com a perspectiva triunfalista de Jiménez de Rada.

Os documentos medievais oferecem diferentes visões sobre as interações entre cristãos e muçulmanos, refletindo os contextos de seus autores. A *Historia de los Hechos de España*, por exemplo, apresenta uma perspectiva cristã, destacando o papel dos monarcas cristãos e a conversão de territórios muçulmanos (RADA, 1243). A ideia da “restauração da Espanha”, promovida por Jiménez de Rada no século XIII, se manteve relevante durante a Baixa Idade Média, com o arcebispo buscando reforçar o papel de Castela na política peninsular e a continuidade da linhagem visigótica. Conforme nos aponta Martín F. Ríos Saloma (2016), a invasão muçulmana foi vista como um castigo divino pelos pecados dos visigodos, enquanto a resistência cristã, foi entendida como uma missão sagrada para restaurar a fé católica e a liberdade do povo cristão. Nos séculos seguintes, essa concepção de uma missão sagrada continuou a moldar as narrativas históricas da região (RÍOS SALOMA, 2016, p. 47).

Na *Historia de los Hechos de España*, há menções que evidenciam as interações entre cristãos e muçulmanos durante os conflitos medievais. Contudo, a obra retrata os mouros como homens desonestos, que não cumprem suas palavras nem os acordos firmados. Um exemplo dessa postura é relatado em 932, quando atacam o território de Leão sem justificativa, apesar de terem firmado um acordo de paz com o rei Sancho algum tempo antes (RADA, 1243, p. 215). Eles são representados como guerreiros habilidosos, porém movidos não pela nobreza, mas



pela

ganância. Segundo a narrativa, são impulsionados pela luxúria, avareza e desejo de recompensa, tanto nos prazeres terrenos quanto nos celestiais, que acreditam alcançar caso morram em combate. Por isso, dedicam-se às batalhas, pois creem que o paraíso lhes proporcionaria delícias ilimitadas, como rios de vinho, leite e mel, além de mulheres e tudo o que o coração pudesse desejar. Além disso, afirma-se que aqueles que perecessem em batalha contra seus inimigos iriam diretamente para esse paraíso. Esse paraíso, descrito como um reflexo dos prazeres terrenos, é apresentado como um incentivo à violência, sem a presença divina como foco central (RADA, 1243, p. 277-278).

Dessa forma, Jiménez de Rada destacou episódios que evidenciavam a complexidade das relações entre cristãos e muçulmanos. Um deles refere-se ao momento em que o reino de Castela lamenta ser alvo de maus-tratos tanto por parte de outros cristãos quanto dos mouros, com ênfase no reino de Navarra, que mantinha amizade com os mouros e frequentemente entrava em conflito com outros reinos cristãos (RADA, 1243, p. 196). Além disso, descreveu alianças estratégicas entre monarcas cristãos e líderes muçulmanos locais, nas quais os soberanos cristãos, em troca de tributos, ofereciam proteção aos territórios muçulmanos. Essas alianças eram marcadas por um pragmatismo evidente: “E os mouros de Granada prometeram ao Rei Fernando III entregar-lhe o tributo, mantendo assim a paz e a convivência em suas terras, sem levantar armas contra ele” (RADA, 1243, p. 344 [tradução nossa]). Essa descrição evidencia como interesses políticos e econômicos muitas vezes prevaleciam sobre a rivalidade religiosa, favorecendo acordos que asseguravam estabilidade e controle na região.

Os *Relatos de Viagem* (BATTUTA, 1354) apresentaram uma perspectiva distinta, proporcionando concepções sobre a vida nas cidades muçulmanas sob domínio cristão. Por exemplo, ao chegar na cidade de Málaga, Ibn Battuta foi escoltado por um cavaleiro do castelo, e comentou como ficou deslumbrado, expondo minuciosamente o que mais o impressionou: “Málaga, uma das capitais de al-Andalus, é uma das mais belas, unindo as vantagens do mar e da terra, além de ser abundante em produtos e frutos” (BATTUTA, 1354, p. 796-797 [tradução nossa]). Ele elogiou a beleza e o tamanho das uvas cultivadas nas vinhas ao redor da cidade, além de se impressionar com os jarros dourados produzidos ali, que eram exportados para

diversos países islâmicos. Além disso, descreveu com admiração a sofisticação cultural e intelectual de lugares como Castela e Granada, onde cristãos e muçulmanos interagiam de maneira mais harmoniosa, seja no comércio, nas artes ou na vida cotidiana.

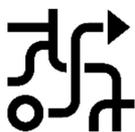
Em outro trecho, ainda sobre a região da Península Ibérica, em Granada, Ibn Battuta descreveu:

Seus arredores não tem nada igual entre as comarcas de toda a terra, abarcando uma extensão de quarenta milhas, cruzada pelo famoso rio Genil e por outros muitos mais. Pomares, jardins, pastos, quintas e vinhas abraçavam a cidade por toda parte (BATTUTA, 1354, p. 798 [tradução nossa]).

Algo que também o deslumbrou, além dos magníficos monumentos granadinos, foi a presença de um grupo singular de pessoas residentes na cidade: “Em Granada, há um grupo de *faqires* persas que se estabeleceram ali devido à semelhança com suas terras de origem. (...) Eles vieram de Samarcanda, e dois peregrinos da Índia” (BATTUTA, 1354, p. 800 [tradução nossa]). A presença desses muçulmanos orientais surpreendeu o viajante, evidenciando a capacidade de al-Andalus de atrair intelectuais e religiosos de diversos califados islâmicos para suas cidades cosmopolitas, mesmo em meio a guerras e invasões cristãs.

No entanto, Ibn Battuta também registrou momentos de conflito, como em duas passagens significativas. A primeira ocorre em Málaga, onde visitou a mesquita local e encontrou o respeitado *qadi*⁶ da cidade e seu filho. Eles estavam discutindo com outras figuras importantes sobre a arrecadação de fundos para o resgate de muçulmanos sequestrados por cristãos durante suas incursões por al-Andalus (BATTUTA, 1354, p. 795). A segunda passagem acontece em 1350, quando o viajante menciona a morte do rei Afonso XI de Castela. Diferente dos soberanos de outros países que visitou, aos quais se referiu como sultões ou usou a nomenclatura local de autoridade, Ibn Battuta o chama de “tirano dos cristãos” (BATTUTA, 1354, p. 796

⁶ O termo *qadi* refere-se a um juiz islâmico, responsável por interpretar e aplicar a lei islâmica (*sharia*) em questões jurídicas, como disputas civis, comerciais, familiares e criminais. O *qadi* também tinha a função de supervisionar a moralidade e a conduta religiosa dentro da comunidade muçulmana. Seu papel não se limitava à atuação em tribunais, pois muitas vezes ele também desempenhava funções administrativas e educacionais. A nomeação de um *qadi* era uma prática comum nas sociedades islâmicas, sendo feita por autoridades governamentais ou líderes religiosos, dependendo da estrutura de poder de cada região. O *qadi* tinha uma grande influência na sociedade medieval islâmica, pois sua interpretação da *sharia* moldava aspectos fundamentais da vida cotidiana.



[tradução nossa]). Nesse momento, ele adota uma postura claramente negativa, refletindo as tensões políticas e religiosas daquele período. Não era surpreendente que Ibn Battuta, ao ter visitado áreas devastadas pela guerra na Península Ibérica e presenciado cenas de destruição, tivesse uma visão desfavorável dos cristãos ibéricos.

É evidente que ambas as fontes oferecem diferentes perspectivas sobre as interações entre cristãos e muçulmanos, refletindo as experiências e intenções dos autores. Portanto, ao comparar os documentos medievais, vemos que a realidade das relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica não pode ser reduzida a um simples embate de religiões, mas sim entendida como um processo dinâmico, marcado por conflitos, cooperação, desconfiança, e também, em alguns momentos, respeito mútuo.

Essa complexidade é essencial para compreendermos as interações de poder, identidade e cultura no contexto medieval ibérico. Como observou García Fitz (2009), os reinos cristãos e muçulmanos, apesar de estarem em oposição ideológica e religiosa, mantinham uma relação de interdependência política e econômica, onde a sobrevivência de ambos os lados frequentemente exigia compromissos temporários. Essas alianças, segundo Martínez Díez (2009), eram estabelecidas em situações específicas, como nas fronteiras que separavam os territórios cristãos dos muçulmanos, exemplificadas pela linha ao longo do rio Tejo, que demarcava as terras entre Castela e o Califado Almóada durante o século XII. Nesses locais, a cooperação, tanto militar quanto econômica, era crucial para assegurar a paz e a prosperidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos medievais, a *Historia de los Hechos de España* (1243) e os *Relatos de Viagem* de Ibn Battuta (1354), oferecem perspectivas distintas sobre as interações entre cristãos e muçulmanos, evidenciando tanto os conflitos quanto as formas de cooperação. A relação entre esses grupos na Península Ibérica não pode ser interpretada apenas como um confronto direto. Embora a expansão cristã seja frequentemente associada a um período de guerra contínua, houve momentos de convivência e alianças estratégicas. Esse cenário revela uma dinâmica política flexível, na qual acordos pragmáticos garantiam certa autonomia a comunidades

muçulmanas, como os *mudéjares*, e reconheciam a diversidade cultural e religiosa da região (GARCÍA FITZ, 2009).

É preciso destacar que a narrativa da “restauração da Espanha”, originada no século XIII e retomada no século XVI, desempenhou um papel central na construção da identidade nacional espanhola, especialmente durante os reinados de Carlos I e Felipe II. Nesse período, a monarquia hispânica precisava consolidar sua autoridade e criar uma história que unificasse os diversos reinos que a compunham. Dessa maneira, autores como Florián de Ocampo, Ambrosio de Morales, Juan de Mariana e Prudencio de Sandoval revisitaram o mito da “perda e restauração”, adaptando-o às novas realidades políticas e religiosas, com o objetivo de legitimar a preeminência da Espanha no cenário europeu (RÍOS SALOMA, 2016, p. 43-44).

Esses historiadores enfatizaram a luta contra o Islã como um elemento fundante da identidade espanhola, apresentando a *Reconquista cristã* não apenas como um processo de recuperação de territórios, mas como uma epopeia cristã destinada a restaurar a unidade religiosa e territorial sob os Reis Católicos. A invasão muçulmana, nesse contexto, foi reinterpretada como um castigo divino pelos pecados dos visigodos, enquanto a resistência cristã foi entendida como um destino sagrado para restaurar a liberdade e a fé católica.

A adoção de uma perspectiva providencialista e humanista por parte dos historiadores peninsulares do século XVI teve um grande impacto na construção de uma narrativa unificada, mas essa visão não foi aceita de maneira uniforme por todos os territórios da Península Ibérica (GARCÍA SANJUÁN, 2015). Regiões como Aragão, Catalunha e Navarra apresentaram suas próprias versões da história, reivindicando papéis centrais na luta contra o Islã e na formação da monarquia hispânica. Autores como Jerónimo de Zurita, Francisco Diago e Jerónimo de Pujades enfatizaram a autonomia de suas regiões, muitas vezes contrastando com a primazia atribuída a Castela na narrativa dominante. Para essas regiões, a resistência ao Islã não foi apenas uma questão de solidariedade cristã, mas também de afirmação de suas identidades políticas e culturais (RÍOS SALOMA, 2016).

O estudo dessa narrativa ultrapassa a esfera historiográfica, abordando a construção das identidades nacionais, frequentemente influenciada pela interação entre memória coletiva e disputas políticas regionais, como destacado por Ríos



Saloma (2016). Essa análise nos permite compreender que, embora os conflitos na Península Ibérica tenham se estendido por séculos, é fundamental reconsiderar a participação dos diferentes grupos nesse contexto. Tanto a historiografia, quanto o senso comum costumam apresentar uma visão simplificada dos tensionamentos, mas podemos observar que a realidade é muito mais complexa.

A análise da *Historia de los Hechos de España* e dos *Relatos de Viagem de Ibn Battuta* revelam que, embora refletissem os interesses de seus autores, ambas as obras destacam momentos de cooperação e intercâmbio em meio aos conflitos, mesmo que essas menções não fossem intencionais. Essas referências involuntárias sugerem que, além da narrativa de rivalidade e confrontos religiosos, a convivência entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica envolvia pragmatismo e necessidade mútua. Mesmo em um cenário predominantemente belicoso, havia canais de negociação e trégua, onde interesses comuns ajudavam a garantir a estabilidade regional. Essas relações de poder revelam uma rede de negociações complexas, onde o poder era compartilhado e negociado entre diferentes grupos com agendas distintas (MARTÍNEZ DÍEZ, 2007).

Por fim, compreender esse conturbado contexto também desafia a visão binária de “civilizações em choque” que muitas vezes permeia a interpretação do passado. A história da Península Ibérica medieval demonstra que, apesar das diferenças religiosas e das rivalidades políticas, cristãos e muçulmanos conseguiram manter relações pragmáticas de cooperação. Isso oferece lições valiosas para a compreensão das dinâmicas interculturais contemporâneas, em um mundo que continua a enfrentar desafios de integração e convivência entre culturas diversas.

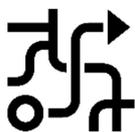
REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

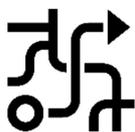
AHRWEILER, Hélène. *Byzantium and the Modern World: Studies in the Transmission of Knowledge*. London: Variorum, 1995.

BARROS, José de Assunção. *O Método Comparativo em História: Reflexões e Perspectivas*. 2014.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*, tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.



- BORGE, Ignacio A. *Cambios y alianzas: la politica regia en la Frontera del Ebro en el reinado de Alfonso VIII de Castilian (1158-1214)*. Madrid: CSIC, 2008.
- BOSWORTH, C.E. *The New Islamic Dynasties: A Chronological and Genealogical Manual*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- FLETCHER, Richard. *The Cross and the Crescent: Christianity and Islam from the Beginnings to the Present*. 1989.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Debates Sobre la Guerra en la Edad Media: Península Ibérica y Europa a Fines del Medievo*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2015.
- GARCÍA FITZ, Francisco. El Islam visto por Alfonso X. In: *Cristianos y Musulmanes en la Península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivência*, 2009.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *El Nacimiento de un Reino: La Reconquista y la Repoblación*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2009.
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Coexistencia y conflictos: minorías religiosas en la península ibérica durante la Edad Media*. Granada: Universidad de Granada, 2015.
- GLICK, T. F. *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. Princeton University Press, 1979.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, rey de Castilla y Toledo*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2007.
- MATTOSO, José. A Identidade Nacional, Col Fundação Mário Soares. *Cadernos Democráticos*, 1, Lisboa, Gradiva, 1998.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *La España del Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1929.
- NIRENBERG, David. *Anew Christian Europe: The Inquisition in Spain and the New World*. 1996.
- REILY, David. *The Political Economy of the Iberian Peninsula: The Portuguese and Spanish Empires, 1500-1800*. 1988.
- RIOS SALOMA, Martín F. La reconquista: una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX). *Históricas Digital*: Instituto de Investigaciones Históricas, México, 2016. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/reconquista/historiografica.html>. Acesso em: 22/02/2025.
- VALDEAVELLANO, Luis García de. *Historia de España: Desde los Orígenes Hasta el Siglo XV*. Madrid: Alianza Editorial, 1968.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús. Las Fronteras de Al-Andalus. *IV Estudios de Frontera*. Sociedad Española de Estudios Medievales, 1995.



FONTES

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España* (Estoria de España). 1243. Ed. Crítica de Juan Fernández Valverde. Alianza Editorial: Madrid, 1989.

IBN BATTUTA. *Relatos de Viaje*, 1354. Trad. e ed. por H.A.R. Gibb. *The Travels of Ibn Battuta*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

Recebido em 04/12/2024

Aprovado em 03/09/2025